



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

O Impacto da Rota de Integração Latino Americana nos Territórios Indígenas na Fronteira de Porto Murtinho ? MS

Autoria: Arthur Paiva Octaviano (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Arthur Paiva Octaviano Antonio Hilário Aguilera Urquiza

O presente work busca analisar a relação dos povos indígenas na fronteira do Brasil com o Paraguai, no caso os Ayoreo (no lado paraguaio) e os Kadiwéu (no lado brasileiro), frente à construção do megaempreendimento Rota de Integração Latino Americana (Rila), ou ainda Rota Bioceânica. A obra em questão se trata de uma grande rodovia que visa ligar o Brasil aos portos do Chile, passando pelo Paraguai e pela Argentina, com o intuito de escoar a produção, e diminuindo as taxas aduaneiras e atendendo à uma demanda antiga de setores ligados ao agronegócio. Paralelamente, evidencia-se a presença de povos indígenas nas proximidades da construção da rota na fronteira do Brasil com o Paraguai, sendo em Carmelo Peralta os Ayoreo e em Porto Murtinho os Kadiwéu. Sendo assim, a pesquisa empreende analisar quanto a construção desse mega-projeto impactará no modo de vida dos povos presentes na região, fazendo o uso de análises históricas que tratam da relação dos povos indígenas com projetos desenvolvimentistas pelo Estado durante o período da ditadura militar (1964 ? 1985), e explorando a situação de contato dos povos indígenas com a ?sociedade nacional?, e a categoria de fricção interétnica de Roberto Cardoso de Oliveira (1996).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: